

Algumas sugestões para aliviar o problema da dívida externa

Quentin Burdick (*)

O problema da dívida internacional continua: os governos precisam agir, mas, por si mesmos, não podem resolver o problema. Há muitos atores em cena, desde os bancos e as empresas internacionais até pequenos empreendedores e fazendeiros-agricultores, nos países devedores. Para superarem o impacto negativo da dívida sobre o desenvolvimento, os governos necessitam da ativa cooperação de todas as partes interessadas. Tal cooperação não pode e não deve ser coagida. De fato, em países desenvolvidos e em desenvolvimento, as políticas que desviam os incentivos do mercado representam uma causa que contribui para a crise atual.

Existe o grande perigo de a questão da dívida e da pobreza ser politizada. Enquanto os governos começam a usar uns aos outros como bode expiatório, brincando com as emoções de seus eleitores, em vez de enfrentar seriamente as questões, o problema permanece sem solução.

Os países devedores têm interesses diferentes, e não há uma fórmula única que possa adequar-se a todas as suas necessidades. Os problemas considerados são o resultado de grandes mudanças na economia mundial, ocorridas durante a década de 70, particularmente depois de 1979. Alguns países de média renda ajustaram logo suas economias e estavam razoavelmente preparados para fazer frente às tensões surgidas após 1979. Outros países de média renda adiaram o processo de ajuste, tomando grandes empréstimos no exterior. Encontram-se agora em situação econômica muito difícil, com uma parcela muito grande de seus ganhos de exportação comprometida com o serviço de suas dívidas comerciais. Um terceiro grupo de países, principalmente de nações mais pobres, limitou as dívidas comerciais; sua capacidade de servir a dívida existente é limitada pela fragilidade básica de suas economias e por mudanças em seu ambiente econômico. Em muitos casos, esses países procuraram resolver seus problemas por meio de políticas econômicas mal orienta-

das. Para esses três grupos de países, as prescrições adequadas diferem consideravelmente.

Os países que dispõem de meios financeiros precisam estar preparados para prover ajuda externa e outras formas de financiamento oficial aos países mais necessitados, por motivos humanitários e, também, para ajudá-los a adquirir a capacidade exigida para realizar as necessárias mudanças em suas políticas internas. Os países em desenvolvimento, de média renda, precisam de um contínuo acesso a mercados mundiais de capital, tanto quanto de oportunidades para maiores exportações. Isso pode exercer pressão sobre os chefes políticos dos países desenvolvidos — já sob pressão por causa das altas taxas de juros e de desemprego e por déficits orçamentários —, a fim de que limitem o acesso a seus mercados de capital ou erigam barreiras contra o aumento de importações de nações em desenvolvimento.

Os países devedores precisam estar preparados para realizar grandes mudanças em suas políticas econômicas nacionais. É necessário reduzir os subsídios; os incentivos à produção precisam ser melhorados; os déficits orçamentários internos e a expansão monetária precisam ser contidos; e, para que os países devedores ajustem suas economias e lancem a base para o crescimento futuro, é necessário tomar muitas outras medidas potencialmente impopulares.

Na realidade, a adoção de uma política de repúdio da dívida ou de seu total cancelamento não ajudaria os interesses a longo prazo dos países devedores. Com isso, os países de média renda ficariam excluídos de mais crédito internacional, o que mutilaria sua capacidade de financiar o comércio e frustraria o futuro crescimento. Ao mesmo tempo, para os países mais pobres, o amplo cancelamento dos créditos oficiais ainda não honrados, provavelmente, teria um impacto tão negativo sobre a opinião pública que, no que diz respeito à futura ajuda, a questão seria muito duvidosa.

A política dos EUA é de

que o cancelamento das dívidas externas dos países em desenvolvimento, pelos governos, não é uma medida sensata nem viável. Também não é realista esperar que essas dívidas venham a ser pagas com os fundos de contribuintes nos países em desenvolvimento. A longo prazo, as dívidas têm de ser servidas e pagas pelos próprios mutuários.

O governo dos EUA apóia firmemente medidas que aliviem o ônus da dívida e facilitem as necessárias mudanças econômicas estruturais. Os EUA proporcionam muito de sua ajuda aos países mais pobres e estão dispostos a refinanciar a dívida oficial para os países que estão tomando medidas realistas a fim de ajustar suas políticas econômicas.

Juntamente com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), os EUA consideram que o ajuste econômico pelas nações devedoras tem de ser

a base para qualquer esforço bem-sucedido no sentido de administrar a crise da dívida. Os EUA também acreditam que as existentes instituições financeiras internacionais — o FMI e o Banco Mundial — devem constituir a peça central de qualquer programa para tratar com a crise da dívida internacional. Consideram ainda os EUA que em todos os países é necessário um programa de sustentável crescimento não-inflacionário e de mercados mais abertos, a fim de prover a base para a definitiva solução da crise.

Embora países com pesados encargos de serviço da dívida possam ter no futuro prolongados períodos de ajuste, o pior do problema da dívida mundial pode ter ficado para trás. Comprovamos que as principais nações industrializadas que trabalham em cooperação com o FMI e com grandes bancos internacionais conseguem coordenar suas políticas, a fim de

prestar assistência às nações incapazes de servir suas dívidas.

Não há solução de curto prazo ou imediata para o problema da dívida. A solução real depende da capacidade dos devedores e dos credores de adotarem e manterem políticas capazes de assegurar um crescimento sistemático, não-inflacionário; um ajuste contínuo nos países devedores para o aumento de sua capacidade de exportação, e, da parte de todos, medidas que estimulem a abertura de mercados ao comércio e ao investimento direto.

Ainda assim, os EUA aprovaram substanciais fluxos de ajuda econômica norte-americana. A cifra do ano passado representou um aumento de 35% sobre a verba de dois anos antes. Isso apesar do fato de o principal foco de debate político em nossa legislatura haver sido sobre as maneiras de cortar os gastos federais, a fim de diminuir

o déficit orçamentário do governo norte-americano. Além do mais, em 1983, em meio à pior fase da crise da dívida, o Congresso deu vigência à legislação para aprovar a participação norte-americana na recente expansão de recursos do FMI. Também aprovou diversas normas que visam a diminuir parte do custo de reescalonar a dívida bancária comercial.

As perspectivas dos países em desenvolvimento dependem muito de poder ser mantida a recuperação econômica dos EUA. O fato de a melhoria de nossa própria situação econômica e orçamentária representar o único elemento mais importante para promover o desenvolvimento do Terceiro Mundo e o consequente alívio da pobreza nas nações em desenvolvimento é talvez o sinal de uma inter-relação maior da economia mundial.

(*) Senador norte-americano pelo Estado de Dakota do Norte.